

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**  
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois,  
4 às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e  
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do  
6 senhor Thiago Baldini da Silva, coordenador da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos  
7 seguintes membros: André Martins Biancarelli, Arlindo Alemão Gregório, Edson Tomaz, José  
8 Luis Pio Romera, Luiz Carlos Zeferino, Marisa Masumi Beppu e Mônica Alonso Cotta.  
9 Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quadragésima Nona  
10 Sessão Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida. Submete  
11 à apreciação a Ata da 148ª Sessão Ordinária, perguntando se há observações. Não havendo,  
12 submete à votação a referida Ata, que é aprovada por unanimidade. Passa à Ordem do Dia, que  
13 contém 01 item – 01-D-12349/2022 –, que trata da Proposta de Plano Plurianual de  
14 Investimentos, conforme a Informação Aeplan nº 404/2022. O tema é bastante importante,  
15 lembrando que ele foi retirado de pauta na 148ª Sessão para que pudesse ser mais bem  
16 elaborado, discutido, e a ideia hoje é aprofundar essa discussão, colher todas as observações e  
17 ver o que aprovam aqui. O senhor Thiago fará uma apresentação sobre a proposta do Plano  
18 Plurianual de Investimentos, abrangendo quais seriam os mecanismos, qual é a sistemática para  
19 as reservas financeiras da Universidade. Em 2021, a evolução da receita bastante expressiva,  
20 um crescimento nominal de 25% e crescimento real de 15%, e por outro lado as despesas que  
21 permaneceram praticamente constantes, com uma leve queda em termos absolutos, fez com que  
22 tivessem um saldo financeiro no exercício de 2021 bastante significativo, em torno de R\$680  
23 milhões. Somando às reservas financeiras que já possuíam, chegaram a um número bastante  
24 expressivo, um saldo de reserva em torno de R\$1 bilhão. A partir disso, há uma preocupação  
25 grande de como tratar essas reservas, e a proposta que estão encaminhando hoje vai nessa  
26 direção. Como observam no documento, há primeiro uma dimensão preventiva, de manter uma  
27 reserva estratégica para momentos que são mais críticos, e o período recente mostra a  
28 importância de terem essas reservas, que sugerem que seja equivalente a cerca de três folhas de  
29 pagamento. Sempre tomarão como referência as reservas de 31 de dezembro, mas vão atualizar  
30 essas reservas na primeira revisão orçamentária. Também há uma preocupação de honrar  
31 aqueles compromissos que já foram assumidos por esta gestão e pelas gestões anteriores, são  
32 recursos que ainda não foram empenhados e não foram executados, mas que constam na PDO.  
33 Há uma terceira dimensão também importante que é com relação à assistência e permanência  
34 estudantil, particularmente com relação à questão da moradia. Existem recursos na reserva que  
35 foram oriundos do acordo do estado junto ao Banco do Brasil na venda da folha de pagamento,  
36 e o repasse que o governo do estado fez à Unicamp será empregado na política de inclusão,  
37 manutenção e permanência estudantil. E finalmente, o ponto que lhes interessa mais, que é  
38 pensar em uma parte dessas reservas para a criação desse plano plurianual. Sabem que fica  
39 muito difícil destinar recursos para investimentos maiores dentro do orçamento, sobretudo  
40 aqueles que demandam períodos maiores e de maturação, construção de alguns prédios, por

1 exemplo. Os valores atribuídos seriam sempre menores, o que implica distribuí-los ao longo de  
2 um tempo também muito maior, o que nem sempre é segurança de que terão esse fluxo  
3 contínuo. É comum na Universidade que haja uma interrupção desses fluxos, interrupção desses  
4 investimentos, tanto que algumas obras na Universidade chegaram a durar mais de 15 anos, e é  
5 isso que estão tentando evitar. Portanto, teriam um planejamento de longo prazo para as obras,  
6 sobretudo essas obras de grande monta, com a certeza de que esses recursos vão estar  
7 assegurados durante o período que for necessário para o investimento. A ideia de utilizar uma  
8 parcela dessas reservas nessa direção é viabilizar esses investimentos. Informa que fecharam  
9 na sexta-feira passada o acordo com a Caixa Econômica Federal para auxiliar e acompanhar  
10 junto com a Depi a execução dos projetos e das obras que vão começar a partir de seis pilotos.  
11 São obras que já estão em andamento na Universidade, os recursos já foram providenciados,  
12 inclusive via PDO, mas a partir dessa experiência piloto, imaginam que dentro de um ou dois  
13 anos poderão também ter a Caixa Econômica envolvida nesses investimentos de longo prazo,  
14 ajudando na elaboração dos projetos, no acompanhamento, na execução dessas obras dentro da  
15 Universidade. Então, mais do que nunca, olhar para a questão da infraestrutura parece-lhes hoje  
16 uma ponte importante da Universidade do presente com o futuro. Existem algumas urgências  
17 que serão sempre debatidas dentro da COP, da Depi, da Copei, até levarem essas questões para  
18 o Conselho Universitário. Por exemplo, um setor hoje estratégico na Universidade é o das  
19 Tecnologias de informação. Tem se reunido bastante com a área técnica, tem acompanhado –  
20 o professor Zeferino também participou bastante disso –, os investimentos que têm sido feitos  
21 na área de TI, inclusive com o sistema AGHUse, dentro da área da Saúde, mas não só esses. Há  
22 uma necessidade urgente de ampliar os investimentos na estrutura de TI da Universidade, mas  
23 também em programações, nos *softwares*, no armazenamento das informações em nuvens. A  
24 Unicamp está atrasada nesses investimentos e o fundo também traria a possibilidade de pensar  
25 nesses investimentos estratégicos de mais longo prazo. Com a retomada das atividades  
26 presenciais, haverá um estrangulamento da área de alimentação na Universidade. Há uma  
27 programação de pensarem em dois novos restaurantes universitários, e isso poderia estar  
28 também contemplado dentro do plano plurianual de investimentos, porque também são  
29 investimentos de maior monta. Existe também uma demanda importante dos colégios técnicos,  
30 Cotil e Cotuca, também uma demanda importante da FCA, assim como da FT também. Ou seja,  
31 há uma demanda muito grande represada na Universidade que não tem sido possível ser  
32 atendida, seja pelas condições financeiras nos últimos anos, seja pelo fato de serem  
33 investimentos maiores que não têm como serem contemplados, ou quando são contemplados  
34 são em valores menores dentro do orçamento. Solicita ao senhor Thiago que faça a  
35 apresentação, depois abrem para debate. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que  
36 trouxe com mais detalhes alguns critérios considerados fundamentais para se tratarem os saldos  
37 de anos anteriores. Estão trabalhando com o número da reserva financeira que fechou o  
38 exercício de 2021, R\$1,097 bilhão. Isso sempre virá junto com o fechamento do ano anterior,  
39 então todo ano isso acaba voltando para ter uma explicação e para que a COP possa pensar e  
40 fazer alterações que sejam necessárias. Vêm há anos trazendo déficits, com uma redução dos

1 recursos na reserva financeira ano a ano, e em 2021 houve uma virada que abriu a oportunidade  
2 de pensar melhor em como utilizar esses recursos, que no passado estavam sendo guardados  
3 por receio de que faltasse em algum momento. Dividiram os critérios fundamentais em quatro,  
4 seguindo uma sequência lógica: 1º: reserva financeira de segurança; 2º: continuidade e  
5 eficiência administrativa; 3º: assistência e permanência estudantil; 4º: planejamento estratégico.  
6 Para a reserva financeira de segurança, estão propondo recursos equivalentes a três folhas de  
7 pagamento. Dessa forma, não seria nenhum valor fixo, uma vez que essa folha tende a se  
8 movimentar, aumentando um pouco. Trazem o valor de R\$630 milhões, que é maior do que a  
9 folha que está sendo aplicada no momento, mas já imaginando esse valor para o ano que vem,  
10 com a aplicação do reajuste salarial que está entrando agora, além de todos os processos de  
11 progressão, as novas contratações aprovadas no Consu, todos esses acréscimos. Estão  
12 trabalhando com um valor a mais que permita esses acréscimos na folha salarial e mesmo assim  
13 fiquem com uma certa tranquilidade de saber o que vai acontecer no futuro. O segundo critério,  
14 da continuidade e eficiência administrativa, tem como objetivo principal honrar os  
15 compromissos já assumidos com as unidades de ensino, aqueles saldos dos anos anteriores que  
16 constam no Grupo X da PDO. Como isso vem de decisões de anos anteriores, imaginam que  
17 seja correto tratar dentro dessa reserva, uma vez que isso no momento cabe dentro do  
18 orçamento, mas quando começarem a trabalhar com todos os valores cheios, provavelmente as  
19 despesas de anos anteriores acabem ficando mesmo em anos anteriores, até para facilitar a  
20 visualização, e terem mais claro o que é o comprometimento do exercício com as receitas do  
21 próprio ano. Está apresentado um valor de R\$204,49 milhões, que é exatamente o que está na  
22 PDO. Então tratam da segurança da Universidade no primeiro critério. No segundo, dar  
23 tranquilidade para as unidades para manterem a sua gestão, sem ter perigo de correria de  
24 execução. O próximo critério pensado foi assistência e permanência estudantil, visando manter  
25 essas estratégias dentro de uma responsabilidade, de uma inclusão social dentro da universidade  
26 pública. No final de 2021, a Unicamp recebeu uma receita adicional do termo de adesão ao  
27 contrato e parceria institucional do Banco do Brasil com o governo do estado para venda da  
28 folha salarial. Entraram em caixa no início de dezembro R\$27,5 milhões, e a proposta é que  
29 esses recursos excepcionais venham para ajudar nesse item de assistência e permanência  
30 estudantil. Fixaram o recurso nesse item, mas estão abertos para o que for mais necessário no  
31 momento entre bolsas, reformas, manutenções e até novas obras dentro da moradia estudantil.  
32 O último critério é o planejamento estratégico, como o professor Fernando já falou, visando à  
33 modernização, à expansão da infraestrutura da Universidade. A proposição é de um plano  
34 plurianual de investimento cujo objetivo principal é financiar aquelas grandes obras e  
35 investimentos que muitas vezes, no passado, por não haver disponível um recurso alto na  
36 proposta orçamentária de um ano, acabavam entrando nas propostas orçamentárias em etapas e  
37 às vezes, com alguma crise financeira, alguma movimentação da arrecadação, faziam a primeira  
38 etapa, não tinham recursos para a segunda e acabavam até perdendo os recursos da primeira,  
39 quando iam fazer a segunda já não era mais aquele mesmo valor, era um valor maior. Estão  
40 imaginando um recurso de aproximadamente 20% das reservas, por volta de R\$200 milhões

1 hoje, que entrariam nesse Plano Plurianual de Investimentos e seriam tratados na Universidade  
2 pelos órgãos competentes. Imaginam uma execução desses R\$200 milhões em obras em um  
3 período de três a cinco anos, em uma execução de cerca de R\$40 milhões por ano. Iniciam o  
4 projeto da obra sabendo que terão recursos até o final, lembrando que a COP traz os números  
5 financeiros, mas não estabelece qual vai ser a obra, qual vai ser o investimento tratado neste  
6 momento. Fica à disposição para qualquer dúvida. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz  
7 que é importante essa fase de recuperação das reservas da Universidade. A questão é que a  
8 discussão de investimento não vem acompanhada de uma análise de quanto esse investimento  
9 feito em prédios vai acarretar no custeio da Universidade. Se de um lado dizem que não  
10 colocarão esse recurso em questão permanente, salário, abono, carreira, contratações, por outro  
11 sabem que a construção de prédios gera um custo de manutenção desses prédios. Tem a limpeza  
12 do prédio, energia, água, ou seja, vão expandindo o custeio da Universidade. É favorável a  
13 investimentos, mas tem essa preocupação em relação ao aumento do custeio da Universidade,  
14 especialmente em um momento que não sabem qual o custo real que terão com os novos preços  
15 praticados no mercado. De 2019 para hoje, tudo está com uma alteração bastante elevada. Em  
16 31 de janeiro, o valor da reserva já era de R\$1,177 bilhão, e em final de fevereiro deve ter  
17 ultrapassado R\$1,250 bilhão. Em março, começa a haver um custeio maior com a retomada  
18 plena das atividades presenciais, e foi aprovada pelo Consu a contratação de 174 docentes, o  
19 que acarreta em cerca de R\$40 milhões por ano na folha. Precisam fazer a contratação de  
20 pesquisadores e Paepe, até porque não têm sido repostos os servidores técnico-administrativos  
21 na área da Saúde. Limeira também tem uma demanda muito grande, o *campus* foi criado na  
22 gestão do governador Alckmin, que fez um compromisso de ampliação da quota-parte de  
23 recurso do Estado para a Universidade. Então pensa que devem ter um olhar mais global e ter  
24 esse cuidado antes de colocar um prédio dentro da Universidade. Solicita esclarecimento se o  
25 hospital de cabeça e pescoço, construído com recursos destinados pelo Ministério Público  
26 oriundos do processo Shell/Basf, movido pelo Sindicato dos Químicos e outras entidades, já  
27 tem recursos para seu custeio e financiamento. Porque às vezes ficam construindo prédios e não  
28 têm depois como garantir o funcionamento pleno das atividades desses prédios construídos.  
29 Então essa é uma preocupação que levanta aqui. Quando trabalhava na prefeitura de Várzea  
30 Paulista, o ministro da Saúde Alexandre Padilha, que foi estudante de Medicina na Unicamp,  
31 foi inaugurar um prédio de uma UBS. Conversou com ele e disse que o prédio é a parte mais  
32 barata que o município tem na UBS; precisariam mesmo que o Ministério enviasse recurso para  
33 custeio da unidade de saúde, porque precisavam colocar funcionários, médicos, energia elétrica,  
34 água. Então essa é uma preocupação que a Universidade tem de levar em consideração, porque  
35 a elevação do custeio pode depois impedir inclusive o funcionamento adequado. Essas reservas  
36 foram constituídas principalmente com o arrocho salarial dos últimos cinco anos, porque nos  
37 últimos quatro anos a arrecadação teve crescimento nominal de 20% e os salários apenas 3,7%.  
38 Então foi o salário não pago que levou à constituição dessa reserva. Além disso, há uma  
39 preocupação também com a questão da não criação de subemprego; a Universidade hoje  
40 contribui com a criação de subemprego, tendo em vista as terceirizadas que não pagam um

1 salário adequado, não dão condições de trabalho adequadas para esses trabalhadores  
2 terceirizados. Já atendeu vários casos aqui na Universidade em relação a essa questão, e acha  
3 que a Unicamp não deve contribuir com isso. Dados da semana passada mostram que a massa  
4 salarial do Brasil caiu de 35% do PIB em 2019 para 30% do PIB agora. A Universidade não  
5 deve contribuir com a redução da massa salarial, deve acabar com essa questão da terceirização  
6 e fazer a contratação por concurso público. Pensa que é importante ter esse plano de  
7 investimento, mas devem levar em consideração toda essa discussão da não elevação do custeio  
8 que possa no futuro inviabilizar o funcionamento da Universidade. É favorável à construção de  
9 mais restaurantes universitários, há a demanda dos colégios que são muito grandes também,  
10 mas preferia ver um estudo de impacto de quanto essas construções elevariam o custeio da  
11 Universidade. Tem o custeio da área da Saúde toda, que está estrangulado; no ano passado,  
12 praticamente todas as reuniões da COP tiveram na pauta a discussão do custeio da área da  
13 Saúde, que o SUS não reajusta desde 2011 e eles estão com o convênio estrangulado. Dessa  
14 forma, é importante ter um plano de investimentos, mas também é importante levantar toda a  
15 demanda da Universidade, fazer um debate amplo em relação a isso. Vai votar a favor do plano  
16 de investimento, mas gostaria que houvesse uma discussão ampla com a comunidade. Defende  
17 também a reforma da moradia, a ampliação inclusive da moradia, mas é necessário que façam  
18 um estudo de impacto. E além disso, ainda tem a ampliação da área, do *hub* da Fazenda  
19 Argentina. São várias demandas e a autonomia da Universidade é muito frágil, na sua opinião,  
20 e acha que essa é uma questão central. Amanhã a Unicamp assume a presidência do Cruesp; é  
21 preciso travar um debate agora em relação a essa questão da autonomia e do seu financiamento.  
22 A Professora MARISA MASUMI BEPPU elogia o senhor Thiago pela apresentação, que foi  
23 mais clara do que o documento. Gostou muito do *slide* dos quatro *bullets* e fará algumas  
24 sugestões baseadas nele. Acha que o mecanismo de propositura da PRDU e da Aeplan em  
25 relação ao uso desse saldo ficou bem mais claro, então o documento deixa clara essa iniciativa  
26 de planejamento. No último parágrafo das folhas 04, são mencionados os R\$204,491 milhões,  
27 que são o Grupo X, que o senhor Thiago disse que estava orçado na PDO 2022. A ideia é que  
28 esse valor seja colocado de fato nos saldos anteriores, que foi acumulado nessa monta desse  
29 saldo, e que se retire então da PDO 2022. Então teriam na verdade uma transposição para esse  
30 saldo existente; entende que tirariam na próxima revisão, dando um pouco mais de espaço para  
31 os gastos de 2022. Essa é uma primeira pergunta que faz. Seguindo ainda no documento e em  
32 relação a esses R\$204 milhões, não teria uma proposta de redação, mas na página seguinte,  
33 exatamente utilizando o *slide* que o senhor Thiago apresentou, o segundo parágrafo menciona  
34 que “a proposta da Administração Superior da Universidade é destinar a utilização desses  
35 recursos para bolsas, reformas, manutenção e obras na moradia estudantil”. Gosta muito do  
36 termo “assistência e permanência estudantil”, e poderiam até enumerar, “tais como bolsas,  
37 reformas, manutenção”. Assistência realmente é bastante ampla e pode ser que venham também  
38 com algumas necessidades, como já têm discutido no Conselho Universitário, pois a moradia é  
39 uma demanda que possivelmente virá muito forte com as políticas de inclusão, a ampliação das  
40 políticas de cotas, e também em função da crise da pandemia. Sabem desse empobrecimento

1 generalizado da população, o senhor José Luis tem falado sobre os salários terem baixado, e  
2 têm visto e discutido também a questão dos evadidos durante a pandemia. Então pode ser que  
3 desejem ampliar até em mecanismos que ainda não discutiram, não conhecem. Portanto,  
4 sugeriria somente essa alteração de texto. Louva a maneira como se coloca no último parágrafo:  
5 “Dessa forma, encaminhamos à COP para análise e deliberação da proposta apresentada a fim  
6 de retomar os grandes investimentos da Universidade”. Acha que isso é importante e está muito  
7 explicitamente, assertivamente colocado. E a tramitação proposta, que é a aprovação de  
8 recursos financeiros e orçamentários para realização dos projetos e obras de que trata o  
9 documento, ou seja, está entendendo que todos os projetos e as grandes obras vão seguir os  
10 trâmites atuais de aprovação da Universidade, que seriam o encaminhamento à Copei, onde  
11 todos os dirigentes de unidades e órgãos principais da Universidade têm assento e têm voto, e  
12 o assessoramento da Depi está presente. Portanto, na sua opinião, esse documento realmente  
13 abarca tanto as intenções quanto o mecanismo que vai ser seguido. Tem a tendência clara de  
14 votar positivamente, só fazendo a sugestão de texto que mencionou e pedindo a confirmação se  
15 na próxima revisão orçamentária o Grupo X passaria então para esse saldo e se abriria então  
16 um espaço para os ditos gastos orçamentários de 2022. O Professor ANDRÉ MARTINS  
17 BIANCARELLI diz que estão fazendo a reunião para avaliar uma redação melhor, uma  
18 definição melhor de uma ideia com a qual já haviam concordado. Precisaria de aprimoramentos  
19 na redação, era basicamente isso e é isso o que vai fazer. Acha que as considerações iniciais do  
20 senhor José Luis sobre a questão entre investimento e custeio são importantes, mas está  
21 entendendo que a sistemática proposta é de quais investimentos serão feitos, e os impactos serão  
22 analisados no momento de decidir quais obras entrariam nisso. Achou também que está muito  
23 melhor, estão próximos do que consideraria uma versão adequada, tem algumas considerações  
24 de redação, que pode passar depois, mas isso não é o mais importante. Concorda com a  
25 professora Marisa que a apresentação está mais clara do que o documento, inclusive a divisão  
26 em critérios, e poderia aparecer com essas palavras no texto, porque organiza. Quando o  
27 documento menciona os R\$630 milhões, não está claro se será definido em termos absolutos  
28 ou relativos, deixando como parâmetro esse valor de três folhas. Em outras etapas, o valor de  
29 três folhas será certamente maior. Depois o senhor Thiago falou em 60% da reserva atual, e  
30 pergunta se a ideia é que essa definição de valores seja feita uma vez a cada quatro anos. Estão  
31 com um valor considerado bem mais do que confortável das reservas e estão destinando uma  
32 parte disso para moradia, outra parte constituem recursos que já estavam garantidos para as  
33 unidades e outra para o PPI. Fazendo um paralelo com a sistemática orçamentária federal, existe  
34 o PPA: em todo segundo ano de mandato, faz-se o PPA, que dura quatro anos, então pega o  
35 primeiro ano do mandato do presidente seguinte. Hoje o valor do PPI seria aproximadamente  
36 R\$200 milhões, e pergunta se vai ser mantido o conjunto de obras até daqui a quatro anos e será  
37 feito novamente ou se a sistemática não é essa. Porque se todo ano forem rever esses valores,  
38 seria interessante colocar explicitamente a ideia de três folhas, porque as folhas vão mudar com  
39 contratação, com correção etc. Sobre a destinação dos R\$27 milhões para bolsas, reformas,  
40 manutenção e obras da moradia estudantil, concorda com a professora Marisa que é melhor

1 definir mais precisamente. Havia entendido que a definição era especificamente para moradia,  
2 não assistência em geral. Assistência inclui alimentação, auxílio-social, bolsas-trabalho etc., e  
3 se for somente para moradia vale a pena especificar, fazer um ajuste fino de redação para  
4 mostrar que estão destinando esse valor para moradia estudantil e exemplificar, porque senão  
5 podem se comprometer com todos os itens. A escolha pode ser só pelas bolsas, por exemplo,  
6 ou só por reformas e nenhuma obra. Acha que é melhor deixar mais genérico, “ou” em vez de  
7 “e” acha que já ajuda. Pergunta, sobre os R\$40 milhões anuais pelos próximos cinco anos, se  
8 está previsto algum tipo de correção desse valor. Não está claro isso, porque evidentemente a  
9 possibilidade dessa correção depende da própria evolução do montante de reserva. Não vão  
10 ameaçar a reserva de segurança para atualizar, mas certamente um planejamento para cinco  
11 anos teria de levar em conta uma dotação, e se estão falando principalmente de obras, uma  
12 estimativa de aumento do custo da construção para os próximos anos, porque isso tem  
13 aumentado bastante. Então são questões um pouco mais operacionais, mas acha que a princípio  
14 está mais claro e a redação está muito melhor. Pergunta qual o trâmite daqui para frente, em  
15 que momento isso vai chegar à CAD, em que momento isso vai assumir a forma de um  
16 documento aprovado, se este ano ainda, se no primeiro semestre, para começar a valer, e então  
17 esses recursos seriam “destacados” das reservas para começar. Acha que caminharão, e  
18 resolvidas essas questões aqui colocadas, podem aprovar. O Professor LUIZ CARLOS  
19 ZEFERINO diz que é muito bom organizar uma forma de aplicar recursos quando eles estão  
20 disponíveis. Recorda do PEI, antes do Planes, no final da gestão do professor Hermano, que  
21 teve dois anos difíceis, depois nos dois últimos anos houve um superávit e naquela época se fez  
22 um PEI para aplicação desses recursos. Na sequência, o nome foi alterado para Planes, mas a  
23 rigor continua a mesma plataforma. Quando o professor Fernando Costa deixou R\$1,250  
24 bilhão, perguntou o porquê de ele ter deixado esse valor de saldo na Universidade.  
25 Retrospectivamente falando, felizmente ele deixou, uma vez que esse dinheiro financiou toda a  
26 crise até 2020, e se não esse saldo não existisse, as dificuldades teriam sido maiores. Agora a  
27 Universidade volta a ultrapassar o patamar de R\$1 bilhão, e há uma proposta de aplicação de  
28 recursos bem cuidadosa, até pelas dificuldades recentes, com a preocupação em ter três folhas  
29 de pagamento na reserva, o que não aconteceu, por exemplo, quando o professor Hermano  
30 propôs seu planejamento. Então acha perfeito, tem de fazer isso mesmo. Além dos aspectos  
31 colocados pelo senhor José Luis, que levantou a preocupação com o aumento do custo da  
32 Universidade a partir dos investimentos, em relação aos termos da assistência estudantil, está  
33 colocado às folhas 05: “destinar a utilização desses recursos para bolsas, reformas, manutenção  
34 e novas obras” na moradia estudantil. Aqui há despesas contínuas e eventuais: a partir do  
35 momento em que a Universidade implementar bolsas, essas despesas serão incorporadas e  
36 deverão estar na proposta de distribuição orçamentária todos os anos; ao passo que reforma é  
37 algo que ocorre eventualmente, quando é necessário, inclusive construção de novos prédios.  
38 Tem uma tendência de separar as aplicações permanentes e eventuais, e sua sugestão é que o  
39 que for permanente coloca na PDO, e o que é eventual se discute geralmente dentro de um  
40 pacote de investimentos. Então podem discutir manutenção e ampliação da moradia, porque o

1 recurso que está sendo colocado para financiar é um recurso eventual, oriundo do convênio do  
2 Estado de São Paulo com o Banco do Brasil. Desse recurso, parece que tem mais R\$37 milhões  
3 para entrar, mas depois terão de renegociar. Sobre o comentário do senhor José Luis sobre as  
4 questões da área da Saúde, diz que sente uma necessidade imensa de abrir uma discussão mais  
5 ampla sobre financiamento da área da Saúde, porque é antigo nessa discussão na Universidade  
6 e existe uma ciclicidade de profissionais, de dirigentes ao longo dos anos, e na medida em que  
7 acontece a ciclicidade sempre surge esse tema do financiamento da área da Saúde, cheio de  
8 preocupações e até de desconfianças. Mas quando olham longitudinalmente ao longo de duas  
9 décadas, não há aumento de participação da área da Saúde no financiamento da Universidade.  
10 Há uma variação, depende de aumento da receita, se entra mais receita, menos receita; há outros  
11 indicativos, mas alternando momentos de receita maior ou menor em termos arrecadação do  
12 ICMS maior ou menor, a tendência é de queda na participação do orçamento da Universidade.  
13 São números objetivos, que podem ser consultados no *site* da Aeplan. Existe dentro da  
14 Universidade um parque que é da Universidade, que está orçado na Universidade, e ela, na  
15 medida do possível, tem de procurar financiá-lo. Não há nenhum projeto em que a Universidade  
16 expanda seu financiamento, as ações são para manter o financiamento, todos os projetos visam  
17 buscar recursos outros inclusive para financiar custeio, inclusive no Instituto de Otorrino,  
18 Cabeça, Pescoço. Em nenhum momento foi dito que esse projeto vai utilizar recursos da  
19 Universidade. Inclusive foi feita uma colocação pelo senhor Reitor em uma reunião da CAD  
20 que considerou que não estava muito apropriada, de que a Universidade terá despesa porque  
21 vai ter professor lá. Não concorda, porque o professor de Medicina está na Unicamp, no  
22 Hospital de Sumaré, na rede básica de saúde, está em muitos cenários diferentes de ensino. Ele  
23 vai por obrigação do ensino. Uma lei conhecida popularmente por Lei do Mais Médicos define  
24 que 30% do internato da Medicina, 5º e 6º ano, que corresponde a 1.450 horas para cada turma,  
25 precisa ser realizado nas UBS, que é fora da Universidade e nas emergências. Isso não pode ser  
26 feito dentro da Unicamp, por isso ter professor fora do espaço físico da Unicamp é o habitual,  
27 até por obrigação legal. Ter docentes para ensinar lá dentro, não médicos contratados das  
28 unidades, está dentro daquilo que é a prática regular do ensino da Medicina, uma vez que o  
29 hospital como um todo não preenche tudo que é necessário para ensinar o estudante de  
30 Medicina, isso é óbvio. O que não pode acontecer é sair médico do HC para ir para lá, sair  
31 funcionário do HC para lá, e quando tiver um modelo de gestão definido, não é para sair  
32 recursos do custeio do HC para lá e aquilo tem de ser 100% financiado, como são os hospitais  
33 de Sumaré e Piracicaba. Há docentes em todos eles, mas não vão recursos nem funcionários  
34 daqui para lá. São dois projetos distintos: o que é da Unicamp, cuja ação é manter o  
35 financiamento, e novos projetos, cuja ação é não usar nada da Unicamp. O Professor EDSON  
36 TOMAZ elogia a proposta, que ficou muito bem estruturada. Gostou muito dos comentários da  
37 professora Marisa, que considera pertinentes e devem ser colocados. E o professor Zeferino  
38 falou muitas coisas que tinha anotado para falar, em especial em relação às bolsas, que entende  
39 de fato que não são investimentos. Estão falando de plano de investimento e as bolsas são gastos  
40 permanentes, que têm de estar na PDO. É claro que são importantíssimas, especialmente neste

1 momento, mas não acredita que seja o local adequado. Compartilha em parte da preocupação  
2 do senhor José Luis sobre custeio de novas obras, mas uma reflexão que devem fazer é que toda  
3 vez que possuem sobras de recursos, pensam em novas obras, porque há de fato demandas por  
4 expansão, mas por outro lado, acha que tem de haver uma preocupação muito grande em relação  
5 à estrutura que já possuem. Melhorar e readequar as estruturas existentes, que todos sabem que  
6 precisam de uma série de adequações em relação à segurança e outros aspectos, acessibilidade  
7 e tudo o mais. Então existe esse passivo grande, do qual não podem esquecer, inclusive alguns  
8 deles com compromissos com órgãos oficiais, como a Justiça do Trabalho. Outro aspecto  
9 importante a ser levado em conta é que há possibilidades de otimização dos espaços, ou seja,  
10 às vezes obras de reforma e otimização de espaços podem representar ganhos de áreas, ganho  
11 de espaços significativos e evitar novas obras que vão trazer novos custos. É claro que esse  
12 assunto específico não é da COP, acha que vai ser discutido certamente na Depi e Copei, mas  
13 é importante ter em mente que obras não são apenas notas, edificações, mas também não podem  
14 perder a oportunidade de fazer as obras necessárias para garantir a segurança, a adequação,  
15 acessibilidade dos prédios e também a otimização dos espaços. A Professora MÔNICA  
16 ALONSO COTTA elogia a PRDU e a Aeplan pela proposta e diz que uma parte das coisas que  
17 pensou já foram faladas, não vai repetir. Reforça essa questão mencionada pelo professor Edson  
18 de que quando pensam em obras, precisam pensar em manter a estrutura que já existe. A  
19 moradia estudantil é um exemplo disso; ela está em péssimas condições, é uma demanda dos  
20 estudantes, e sobre essa questão da bolsa que os membros estão comentando, lembra que se vão  
21 reformar uma casa, o morador tem de ir para um lugar, e a bolsa que está mencionada é para  
22 pagar o aluguel dessa pessoa enquanto acontece a reforma. Então ela tem de estar sim  
23 mencionada nessa rubrica. Se não estiver, não estão usando a rubrica correta. Entende que as  
24 bolsas estão aí não como política permanente, mas como política acessória, no caso de ser  
25 necessário deslocar estudantes. Os bolsistas BAS, quando não há espaço na moradia, recebem  
26 uma bolsa para ajudar a pagar o aluguel em uma república. Portanto, essas bolsas têm de  
27 continuar aí. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que se inscreveu para falar o mesmo  
28 que a professora Mônica comentou. Qualquer reforma na moradia estudantil ou obra,  
29 conhecendo a Unicamp, sabem que leva tempo, e a demanda estará batendo à porta. Então,  
30 possibilitar a outorga de uma bolsa é um mecanismo importante para já realmente contemplar  
31 essas necessidades, sabendo que pode haver uma morosidade, atrasos em uma execução de uma  
32 reforma ou de uma obra. O Professor LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que é interessante e  
33 adequado isso que foi colocado pelas professoras Mônica e Marisa. No entanto, na forma  
34 apresentada, não está explicitado qual é o pacote que vai para suprir os alunos enquanto a  
35 moradia estiver desativada e qual é o pacote que tem caráter permanente. Precisam dar mais  
36 destaque no que é despesa permanente e despesa eventual. O Professor ANDRÉ MARTINS  
37 BIANCARELLI diz que nesse sentido deveria ser escrito que uma parte dos recursos será  
38 destinada à ampliação/reforma da moradia estudantil e as despesas decorrentes dessa obra, que  
39 é eventual com recurso que é eventual. Da forma como está escrito, parece que parte disso vai  
40 ser utilizado para a política permanente de bolsa-auxílio moradia. O SENHOR PRESIDENTE

1 diz que a questão das bolsas tem como ideia exatamente como atentaram as professoras Mônica  
2 e a Marisa. Hoje existe uma oferta de 800 vagas na moradia, porque há algumas casas que estão  
3 interditadas, que estão sendo analisadas pelos engenheiros e pelos arquitetos e serão  
4 reformadas, se houver possibilidade de reforma. Isso porque a idade e o projeto arquitetônico  
5 delas às vezes comprometem, estão aguardando a perícia e a posição técnica. E se mais casas  
6 tiverem de ser também desativadas para reformas etc., precisarão aumentar evidentemente a  
7 oferta automática de bolsas para atender a essa demanda. Esse é um primeiro aspecto que os  
8 preocupou muito. O segundo aspecto é que ficaram dois anos com os alunos fora da  
9 Universidade, e com isso não tinham como mensurar a demanda exatamente por essas  
10 necessidades de moradia. Devem lembrar que estão vivendo uma pandemia, uma crise  
11 econômica violenta, e a expectativa sempre foi de que no retorno presencial essa demanda se  
12 intensificasse. Estão oferecendo 1.700 bolsas, foi aprovado no Consu de dezembro o aumento  
13 de 10% no valor dessas bolsas-moradia, tanto no quantitativo quanto no valor das bolsas. Mas  
14 estão tentando junto ao SAE tentar aproximar qual seria essa demanda; todos sabem que  
15 Campinas é uma cidade cara, que Barão Geraldo é uma região cara para os aluguéis, não teriam  
16 como precisar exatamente essa demanda. Precisam ter uma flexibilidade nesse ajuste, seja na  
17 oferta física, para a moradia, e contemplando com as bolsas. Podem melhorar a redação para  
18 deixar claro que a bolsa vai ser uma forma complementar na política de construção física, por  
19 isso ela está lá como investimento. Lembra que a política mesmo de assistência e permanência  
20 estudantil está tratada na PDO, onde foram aprovados R\$101 milhões para essa destinação. Foi  
21 um aumento possível de colocar dentro do orçamento, talvez não seja o suficiente, o adequado,  
22 mas foi um aumento significativo imaginando exatamente que também nas outras dimensões  
23 haveria um aumento de demanda, como alimentação, bolsas sociais e assim por diante. Mas  
24 não é isso que está contemplado no documento da pauta de hoje; nele estão falando das bolsas  
25 específicas da moradia, e vão tornar isso mais claro para não haver nenhuma dúvida. Não estão  
26 falando em atribuir esses R\$27 milhões da venda da folha de pagamento para as outras políticas  
27 de assistência e permanência, mas especificamente na questão moradia. Concorda plenamente  
28 com o senhor José Luis, mas estão aqui primeiro falando em uma sistemática de utilização das  
29 reservas. Quem vai fazer a avaliação de quais são os investimentos prioritários, quais são os  
30 impactos em termos de custeio, são a Depi e a Copei. Não estão aprovando aqui quais são esses  
31 investimentos. O senhor José Luis tem razão, investimento representa custeio, mas não vão  
32 paralisar investimentos, que são a ponte para o futuro. A Universidade está precisando reforçar  
33 a sua infraestrutura, e infraestrutura não é só prédio. Fez questão de começar a reunião inclusive  
34 discutindo Tecnologia da Informação, e tem insistido que ou aceleram os investimentos em TI,  
35 ou a Universidade vai ter gargalos importantes nas suas atividades-fim, a docência, a pesquisa  
36 e a extensão. Têm feito várias reuniões com a Cític para avaliar, já existe um projeto, estão  
37 começando pela atualização do *backbone* e do serviço de nuvens, que são os dois mais  
38 imediatos. Em resposta a outra questão levantada pelo senhor José Luis, diz que aprovaram  
39 aqui e têm tido a responsabilidade o tempo inteiro naqueles números sobre contratações.  
40 Primeiro sobre progressões, depois sobre o reajuste de 20,67%, em seguida a política de

1 contratação de que trataram no último Conselho Universitário, todas elas ainda dentro do  
2 orçamento. Por enquanto, mantidas as previsões que foram colocadas na PDO 2022, que são  
3 previsões do seu ponto de vista até relativamente conservadoras em termos de receitas. Tudo  
4 que estão falando nessas políticas, contratações, progressões e mais o reajuste de 20,67% cabem  
5 lá dentro, vão fechar equilibrados o orçamento, não utilizarão reserva para cobrir essas despesas  
6 correntes. Mas estão deixando sim uma reserva estratégica caso haja algum contratempo, uma  
7 redução das receitas, para terem como cobrir gastos contínuos com folha, por exemplo, mas a  
8 previsão continua sendo, para 2022 e para 2023, que trabalhem com um orçamento equilibrado.  
9 O professor Zeferino já respondeu que não há nenhuma previsão de recurso orçamentário para  
10 o IOU; os recursos são todos para os quatro hospitais da área da Saúde. Respondendo ao senhor  
11 José Luis, diz que não estão fazendo reserva em cima do arrocho; estavam proibidos pela lei  
12 complementar 173 de realizar despesas novas, inclusive reajuste. Assim que a lei permitiu,  
13 fizeram uma recuperação de poder aquisitivo de três anos, já que o índice de 20,67%  
14 representou 34 meses do IPC-Fipe. Nunca é o ideal, mas é uma política de recuperação  
15 significativa do poder aquisitivo, e com o compromisso do Cruesp de que na data-base de 2023  
16 voltem a tratar desses dois meses que ficaram de fora para completar os 36 meses. Diz à  
17 professora Marisa que vai depois passar para o senhor Thiago a questão do Grupo X, mas a  
18 ideia foi deixar tranquilo. Talvez devesse até ter começado por uma outra discussão e voltar  
19 nessa do Grupo X. Quando estão falando nesse pouco mais de R\$1 bilhão em reservas, uma  
20 primeira preocupação muito grande da PRDU e da Aeplan foi a própria gestão dessas reservas.  
21 Esses recursos estão aplicados, e dado o volume de recursos, entenderam que esse assunto  
22 deveria envolver mais órgãos da Universidade. Isso foi entendimento da DGA, que era  
23 responsável pela gestão das aplicações dos recursos; hoje possuem um comitê que envolve a  
24 Aeplan, a PRDU, a DGA, a DEA e o Gabinete, e esse comitê tem feito reuniões sistemáticas  
25 com o Banco do Brasil, que tem o fundo exclusivo desses investimentos, e estão tratando com  
26 os especialistas do Banco do Brasil quais são essas aplicações. Fizeram a mesma discussão com  
27 os colegas da Unesp e da USP, que também têm dois fundos exclusivos tratados pelo Banco do  
28 Brasil, tentando ter uma política para otimizar o máximo possível essas aplicações dentro do  
29 que a lei permite, que é evidentemente ter aplicações sem risco. Há uma certa liberdade entre  
30 colocar em um fundo conservador e um fundo moderado, todos eles em cima de renda fixa, não  
31 renda variável, se estão falando em pós ou pré-fixados, em LFTs. Uma diferença de 1 ponto  
32 percentual em uma aplicação dessa durante um ano, para uma reserva de R\$1 bilhão,  
33 corresponde a R\$10 milhões, valor que permite fazer um programa inteiro na Universidade.  
34 Então também há essa preocupação da gestão desses recursos. Volta à questão da professora  
35 Marisa porque esses R\$204 milhões, embora estejam no orçamento, estão na aplicação. Para  
36 não confundir que esse saldo financeiro é um recurso que está disponível para outras  
37 destinações. Ele já está comprometido com gastos que, embora ainda não tenham sido  
38 empenhados, executados, eles estão lá e assumem esse compromisso até para mostrar uma  
39 eficiência, as pessoas terem certeza de que aqueles recursos estão assegurados e não serão  
40 utilizados para outra destinação que não seja a inicial. Não sabe se haveria benefícios em trazê-

1 lo da PDO 2023 para cá. Até podem avaliar isso com calma juntamente com a Aeplan, mas  
2 acha que o mais importante é deixar muito claro que embora eles façam parte das reservas, eles  
3 já estão comprometidos. Vão manter todos os trâmites, na hora dos investimentos, a análise  
4 disso, a prioridade, quem vai analisar, está dentro dos mecanismos que criaram. A Depi há  
5 muito tempo vem desenvolvendo isso, é importante a análise na Copei, que aumenta o número  
6 de atores para entenderem quais são realmente esses investimentos prioritários, até porque esses  
7 mecanismos são mais importantes, no sentido de que estarão tratando de grandes investimentos.  
8 Dessa forma, é fundamental que sejam respeitados todos esses trâmites atuais, que acha que  
9 funcionam muito bem na Universidade, e com isso reforçam o papel da Depi. Mais do que isso,  
10 acha que a parceria que a Depi vem fazendo com a Caixa vai fornecer ainda maior segurança  
11 na execução desses recursos, e quem sabe se esses seis pilotos com a Caixa funcionarem bem,  
12 trazerem esses grandes investimentos também para que a Caixa os auxilie no sucesso dessa  
13 empreitada. Respondendo ao professor André, diz que talvez o texto não tenha deixado claro,  
14 a apresentação do senhor Thiago deixou bem mais, que em algumas rubricas colocaram os  
15 valores mais para terem uma noção do que estão falando, por exemplo, quando mencionam três  
16 folhas. Nem todos sabem que a folha da Unicamp está em torno de R\$210 milhões, por isso  
17 colocaram no documento R\$630 milhões para as pessoas terem uma ideia dessa dimensão. Mas  
18 a ideia não é fixar o valor, é ter uma referência de que seria importante ter três folhas, e que  
19 esses recursos dessas só seriam utilizados em situações de emergência, em uma crise profunda  
20 etc. É ter uma referência e vão ajustando os outros critérios a partir dessas três folhas. Lógico  
21 que a partir do momento em que começarem a empenhar, executar investimento, o próprio  
22 fundo destinado a investimento vai reduzindo. Se a folha aumenta, sabem que terão de ajustar  
23 nas demais categorias, para manter essa margem de segurança. Esse é o mecanismo que está  
24 sendo pensado. Ele exige essa flexibilidade, e esse assunto é mais fácil ser tratado aqui dentro  
25 da COP do que dentro do Conselho Universitário. A questão de ser uma estratégia bastante  
26 preventiva é importante, por isso a reserva é o primeiro critério. O segundo é assegurar todos  
27 os recursos já de alguma maneira comprometidos, e os outros dois têm mais a ver com o  
28 investimento, tanto a questão moradia quanto o PPI. Como já mencionou no Consu desta  
29 semana, talvez um dos mecanismos mais interessantes que a Unicamp tem, e que a Unesp e a  
30 USP não têm, ou pelo menos não utilizam com a mesma intensidade que a Unicamp, são as  
31 revisões orçamentárias. Não vê nenhum problema de, criado esse mecanismo de gestão das  
32 reservas, fazer periodicamente um ajuste. Se houver um reajuste de folha, por exemplo, terão  
33 de olhar para esses números, não precisa ser a cada quatro anos, como mencionou o professor  
34 André. Da mesma forma se houver uma mudança na política dos recursos destinados para a  
35 moradia, ou se os R\$204 milhões forem efetivamente empenhados e executados, que é o que  
36 desejam, pois não possuem nenhum interesse de que esses R\$204 milhões que estão no Grupo  
37 X fiquem passando de ano para ano. O ideal seria que as unidades pudessem utilizar esses  
38 recursos. Então vão fazendo essa gestão, e o que está por trás dessa proposta é a flexibilidade,  
39 com muita transparência, e podem semestralmente dentro da COP fazer essa atualização do  
40 fundo e da destinação desses recursos a partir da execução dos investimentos, a partir de novas

1 sobras que possam ocorrer ou necessidade de uso dos recursos dentro de cada uma das rubricas.  
2 Os R\$40 milhões foram mencionados para exemplificar que não seriam utilizados R\$200  
3 milhões em um único ano, é pensar em investimentos que contemplariam, por exemplo, R\$40  
4 milhões durante cinco anos. Podem, como o professor André sugeriu, pensar em algum  
5 mecanismo de correção, mas todos eles sujeitos à dinâmica do fundo em si se o fundo está  
6 sendo reduzido ou aumentado. O professor Zeferino já respondeu à questão da área da Saúde,  
7 e a questão da bolsa acha que também ficou mais clara. O professor Zeferino tem toda razão  
8 que devem separar os gastos permanentes dos gastos eventuais, que é exatamente o espírito  
9 desse fundo, trazer essa discussão para pensar o longo prazo e a questão do investimento.  
10 Concorda com o professor Edson, e a professora Mônica também se referiu a isso, sobre a  
11 questão de melhorar a estrutura já existente. Mas para isso, possuem hoje a própria destinação  
12 de recursos via PDO. Em 2021, dada a condição financeira, suplementaram os recursos da Depi  
13 de R\$5 milhões para R\$20 milhões para a execução 2021. Fora isso, já colocaram na PDO 2022  
14 mais R\$20 milhões para a Depi. Para quem acompanhou a última reunião da Copei, foi possível  
15 observar que embora tenham incrementado esses recursos, a capacidade de execução não  
16 conseguiu chegar nesses R\$20 milhões. Não conseguiram gastar algo em torno de R\$8 milhões  
17 a R\$10 milhões. Por solicitação da Depi, também já encaminharam a contratação de  
18 engenheiros para isso e acreditam muito na parceria com Caixa como uma forma de, orçando  
19 esses R\$20 milhões, conseguir executá-los dentro de um período, dentro de um ano, se possível.  
20 E se necessário, se isso engrenar, até suplementar esses recursos. Mas são exatamente esses  
21 R\$20 milhões dentro daqueles critérios que a Depi adota, os recursos para AVCB, os recursos  
22 para questões emergenciais etc. que permitiram manter essas estruturas. Há casos específicos,  
23 acabaram de aprovar semana passada casos emergenciais em algumas unidades, como o do  
24 vazamento no telhado do IA. A Depi não tinha como atender, com a sua capacidade operacional  
25 hoje, e o IA alegou que possui dois engenheiros que poderiam tocar aquelas obras, e em comum  
26 acordo a Depi entendeu que era algo emergencial. Alocaram recursos para que a unidade  
27 tocasse a obra, já que entrava dentro do critério de emergência. Então possuem sim recursos  
28 disponíveis, sem falar desses recursos da Depi, os recursos que vão para o Planes. Lembra que  
29 há o Planes tanto institucional quanto o Planes das unidades de ensino, cujos recursos têm uma  
30 parte destinada a obras, não são apenas obras. Fora os recursos que estão na PDO também, onde  
31 constam os projetos especiais. Portanto, há uma preocupação clara de também tratar a estrutura  
32 existente, de modernizar, de melhorar, mas são coisas diferentes. Essas ações podem ser  
33 contempladas dentro da PDO; o que estão tratando aqui são coisas de outra natureza, de  
34 investimentos, que entendem que estavam descobertas até pelo volume que envolve, pelo prazo,  
35 pela maturação que envolve. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, em relação ao  
36 Grupo X, que a professora Marisa perguntou, é claro que isso ainda vai ser trazido para a COP,  
37 mas a ideia não seria tirar. Acha que o principal momento não é nem na primeira revisão. Se  
38 olharem as propostas passadas, vão ver que o que acontece na primeira revisão é que aquele  
39 recurso que antes entrava como reserva estratégica sai e tratam na primeira, segunda, terceira  
40 revisão o déficit, superávit do exercício, mas de anos anteriores. Então acha que neste momento

1 devem manter os R\$204 milhões; onde considera que isso impacta é para 2023, porque vão  
2 entrar com uma nova arrecadação e estar com as despesas já no nível equilibrado, mas dentro  
3 delas. Se mantém que seja mais R\$200 milhões ano que vem, esses R\$200 milhões acabam  
4 roubando recursos de 2023 da arrecadação e sobrando recurso deles lá. A ideia, quando trazem  
5 para os saldos, é não acontecer isso porque senão acaba sobrando mais no exercício, nas  
6 despesas permanentes pegam R\$200 milhões, o que diminui a capacidade de aumentar essas  
7 despesas da Universidade e aquele saldo vão abrindo para novas obras. A ideia não é essa.  
8 Talvez na proposta entrem com R\$200 milhões de despesas, mas também com uma linha de  
9 R\$200 milhões de saldo anterior para equilibrar as receitas e não parecer que vão ter saldo de  
10 R\$200 milhões. Não terão saldo de R\$200 milhões. Vão estar os dois na receita e na despesa  
11 para equilibrar, mas a ideia é sempre deixar isso aparecendo para ficar clara até a execução  
12 disso. Por exemplo, o recurso do prédio da Bioenergia tinha cerca de R\$9 milhões dentro  
13 daquelas antigas listas de obras. Esse recurso foi suplementado em março porque saiu a  
14 licitação, então isso sai do Grupo X e entra para a execução. Se tiram esse Grupo X, vão  
15 começar a aparecer mais despesas no exercício sem fundamento, então vão trabalhando isso até  
16 para deixar claro para todos. Os R\$200 milhões para obras e investimentos ainda vão para a  
17 Depi, e não sabem exatamente como isso vai ser tratado para definir se precisam colocar uma  
18 inflação ou não, porque quando a Depi distribui os recursos, ela já separa um recurso para caso  
19 tenha os aumentos anuais, aqueles remanescentes de obras. Então pode ser que a Copei deseje  
20 tratar isso da mesma forma, já trazendo para dentro dos R\$200 milhões essa retomada, e não  
21 faria sentido colocar uma inflação porque no ano que vem, voltam com os mesmos critérios,  
22 mais nos critérios do que nos valores, como disse o professor Fernando. A ideia é que todo ano  
23 revejam, mas mantendo principalmente aqueles critérios fundamentais da responsabilidade, da  
24 segurança e planejamento estratégico. Sobre as bolsas, quando fizerem alteração de texto nesse  
25 terceiro critério, podem já deixar explicada, como o professor Zeferino falou, a questão de  
26 bolsas eventuais, e explicar um pouco mais sobre o que é para não gerar essas dúvidas daqui  
27 para frente. O SENHOR PRESIDENTE diz que permanece o compromisso de melhorar o texto;  
28 vão incorporar todas as sugestões dadas aqui, e solicita aos membros da COP que ajudem a  
29 explicar para a comunidade a proposta, não apenas do Plano Plurianual de Investimento, mas  
30 os critérios que estão aqui por trás da utilização das reservas. O Professor ANDRÉ MARTINS  
31 BIANCARELLI diz que podem deixar prevista formalmente uma revisão que não precisa ser a  
32 cada três meses, acha que pode ser uma vez por ano. Uma revisão do próprio fundo para  
33 investimento, uma reavaliação, uma prestação de contas, desvinculada até da própria revisão  
34 orçamentária, seria interessante até no sentido didático. Cada um que toma conhecimento do  
35 assunto vai transmitindo, e acha que é uma política importante para durar bastante, para fazer  
36 bom uso dessa situação atual favorável. O SENHOR PRESIDENTE diz que esse é um  
37 compromisso que a COP tem de assumir, de levar as informações com algum grau de  
38 atualização para dentro da Copei, para dentro do Consu. Acha que essa é uma sistemática que  
39 traz ainda mais legitimidade e transparência para as decisões, então com certeza essa  
40 atualização se faz necessária. A ideia seria, após aprovado aqui, trazer primeiro lógico dentro

1 da COP também já o uso de uma parte desses recursos de investimento para algum desses  
2 projetos estratégicos, com a participação de outros atores, como o caso da própria Copei e  
3 assessoria da Depi. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA pergunta se os primeiros R\$40  
4 milhões já serão utilizados este ano. O SENHOR PRESIDENTE responde que pode ser que  
5 não precisem utilizar os R\$40 milhões. Por exemplo, um recurso que seria necessário, pelo que  
6 estão avaliando, seria investimentos em tecnologias de informação. Já há projetos, mas não  
7 envolvem todo esse recurso. Até onde há projeto, seria alguma coisa em torno de R\$20 milhões,  
8 que não são necessariamente para 2022, seriam talvez 2022, 2023. Então talvez não cheguem a  
9 usar esses R\$40 milhões, mas quando trazem um programa como esse, provavelmente também  
10 as demandas vão aparecer, e vai caber à COP também ter essa capacidade de priorizar e de  
11 negar muitas vezes algum desses recursos, e por isso também a participação desses outros  
12 atores. Então é difícil responder se usariam ou não esses R\$40 milhões, até porque a referência  
13 é 31 de dezembro de 2021, e como o senhor José Luis já bem observou, foram superavitários  
14 também em janeiro e fevereiro, o saldo financeiro cresceu um pouco mais. Então, se  
15 descontarem as três folhas, se descontarem a parte do Grupo X, se descontarem os recursos da  
16 venda da folha que estão pinçados para moradia, já teriam hoje até mais do que R\$200 milhões  
17 para utilizar, e não precisam ter nenhuma pressa, essa é uma política de médio e longo prazo,  
18 de recursos voltados para o investimento de longo prazo. Então vão definir aqui se são R\$40  
19 milhões, se são R\$30 milhões, se são R\$50 milhões. O que estão aprovando aqui hoje não é o  
20 valor, mas a sistemática. E conta com a colaboração de todos para explicação dentro das  
21 câmaras da Universidade. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é  
22 aprovada por unanimidade. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que esses critérios  
23 seguem para a CAD e Consu, e depois de definidas quais serão as obras, voltam para a COP  
24 para fechar os valores de fato. O SENHOR PRESIDENTE diz que deram hoje um passo  
25 importante para a Universidade, agradece a contribuição de todos, inclusive à professora Marisa  
26 pelas discussões sobre esse assunto, ela que sempre foi uma defensora de pensarem em um  
27 planejamento de longo prazo. O professor André e ele também sempre trataram bastante desse  
28 tema, e acha que estão trazendo um instrumento importante para a Universidade, pois o  
29 investimento é essa ponte para o futuro. Tratar a infraestrutura sob todos os aspectos, tanto os  
30 ativos tangíveis quanto intangíveis, é fundamental. A Universidade realmente precisa retomar  
31 a sua capacidade de investimento e de modernização. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline  
32 Marques, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da  
33 Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 31 de março de  
34 2022.

**NOTA DA SG:** *A presente Ata foi aprovada na 150ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 28 de abril de 2022, sem alterações.*